A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

[ARTIGO]

Nelson Toledo Ferreira

EXTRAPRENSA
CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A proposta deste artigo é refletir sobre as mutações na concepção de representação política nas últimas décadas, tendo a mídia como um fator intrínseco na relação entre representantes e representados. Neste sentido aponta-se a necessidade da atualização das estratégias, canais, meios e mídias dos partidos políticos, dos seus líderes, dos movimentos sociais e das associações da sociedade civil como garantia de legitimidade de suas ações e posicionamentos políticos frente aos seus segmentos-alvo, reforçando a importância da complementariedade desses modelos diferenciados de representação política.

Palavras-chave: Representação política. Comunicação partidária. Comunicação política. Estratégias de comunicação.

The purpose of this article is to reflect on the changes in the design of political representation in recent decades, with the media as an intrinsic factor in the relationship between representatives and represented. In this sense points to the need to update the strategies, channels , means and media of political parties , their leaders , social movements and civil society organizations as a guarantee of legitimacy of its actions and political positions in front of their target segments , reinforcing the importance of the complementarity of these different models of political representation.

Keywords: Political representation. Party communication. Political communication. Communication strategies.

El propósito de este artículo es reflexionar sobre los cambios en el diseño de la representación política en las últimas décadas, con los medios de comunicación como un factor intrínseco en la relación entre representantes y representados. En este sentido apunta a la necesidad de actualizar las estrategias, los canales, los medios y los medios de comunicación de partidos políticos, sus líderes, movimientos sociales y organizaciones de la sociedad civil como una garantía de la legitimidad de sus acciones y posiciones políticas frente a sus segmentos objetivos, lo que refuerza la importancia de la complementariedad de estos diferentes modelos de representación política.

Palabras clave: La representación política. La comunicación de las partes. La comunicación política. Estrategias de comunicación.

INTRODUÇÃO

O conceito de representação política foi paulatinamente modificado nas últimas décadas decorrente das mudanças que ocorreram na sociedade que afetaram as instituições políticas e o próprio entendimento do fazer política. Neste sentido, a proposta deste artigo é refletir sobre como a inserção da mídia e das inovações tecnológicas no jogo político reconfigura a relação entre representantes e representados, fazendo com que os partidos políticos, movimentos sociais e associações da sociedade civil tenham que buscar novas formas de interação com seus segmentos-alvo. Com isso, aponta-se para uma lógica de complementariedade entre tipos diferenciados de representação política que ditam o cenário político contemporâneo, tendo a comunicação como dispositivo central neste novo contexto.

Na última década, vários estudos contemplaram uma revisão do conceito de representação política. A maioria destes trabalhos trouxe questionamentos sobre a dialética entre as teorias normativas e as práticas nas sociedades contemporâneas, que vêm se mostrando cada vez mais complexas e fragmentadas, criando sempre novas demandas, que colocam em xeque a legitimidade dos representantes (YOUNG, 2002; URBINATI, 2004, 2006; AVRITZER, 2007). Em um momento em que o Estado dá sinais claros de deterioração na sua relação com a sociedade, grupos organizados desenham novos modelos de representações políticas não eleitorais, acirrando a disputa com as instituições, que, tradicionalmente, eram referências formais dos governos representativos, com ênfase no processo eleitoral, como os partidos políticos (FABRINO, 2011; ALMEIDA, 2011).

A deterioração do Estado com a sociedade vem sendo evidenciada por uma série de novas situações vivenciadas nos dias atuais, como a onda apartidária dos cidadãos, o número crescente de abstenção eleitoral, a apatia política e muitas outras (GOMES, 2011; MIGUEL, 2010; CHADWUIK, 2006). E este descrédito em relação à política impacta sobremaneira também a relação entre os partidos políticos com seus públicos.

Esta discussão teórica é realizada, desde então, no meio acadêmico, o que aponta para um olhar diferenciado sobre como os partidos lidam com esta nova realidade. Todavia, o eixo destes debates passa pela ideia de processo, de continuidade, de reciprocidade, de algo inacabado e sempre em construção. Ou seja, a representação política mostra-se de forma clara que não se esgota mais no processo eleitoral, como vocalizavam antigas teorias, como a de Hobbes em 1651, que viam o consentimento prévio dos cidadãos dado nas urnas como base para que, os representantes agissem em nome dos representados (LIMA JUNIOR, 1997).

Atualmente, a ideia da interação é fundamental para legitimar a representação política. O estabelecimento de novas formas de diálogos entre representantes e representados supõe a participação popular em novas instâncias deliberativas e o incremento de mecanismos de comunicação para que a interação entre as partes venha a ser construída de forma paulatina, seja para cobranças, seja para afinar os discursos entre as partes, seja para definir políticas públicas. Assim, a participação deixa de ser um paradoxo à noção de representação, pois ela se faz necessária para o funcionamento desta

engrenagem política na época atual. Estes estudos revelam que o alargamento do conceito de representação política é resultado da evolução do próprio processo de democratização, respaldado na participação popular (FABRINO, 2011; YOUNG, 2006; ALMEIDA, 2011), e têm os meios de comunicação e a opinião pública como principais condutores dos fenômenos sociais e políticos.

Tal cenário nos possibilita uma releitura sobre este tipo de representação política, que é atravessada pelos meios de comunicação, sejam os massivos comerciais – representados pelos grandes conglomerados de comunicação –, sejam os canais privados dos partidos políticos, de instituições e de movimentos sociais, que constroem suas perspectivas singulares sobre a realidade social, política e econômica, de acordo com os vieses que lhes interessam e lhes beneficiem.

2. A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

As discussões clássicas sobre a teoria da representação são associadas a Thomas Hobbes com a ideia de contrato social, pactos e acordos entre governantes e governados, o que trouxe para os debates sobre representação política as questões sobre autorização e delegação como fatores principais. Com isso, o representante se tornaria livre para agir e decidir da forma que quisesse, pois o pacto ou acordo social o legitimava para quaisquer ações (LIMA JUNIOR, 1997).

Edmund Burke defendia que um governo efetivo era representativo por natureza, por isso não era necessário nenhum tipo de autorização por parte dos representados. Neste sentido surge a noção de representação virtual: "é aquela em que há comunhão de interesses e empatia de sentimentos e desejos entre aqueles que atuam em nome de quaisquer pessoas e as pessoas em nome das quais eles atuam – embora os primeiros (fiduciários) não tenham sido, de fato, escolhidos pelos segundos" (BURKE apud LAVALLE et. al., 2006, p.89).

Em ambos os casos, a importância dada ao povo neste processo de governança e decisões era inexiste. Foi com Pitkin (1967) que começa a se esboçada uma nova concepção de representação política, reforçando a necessidade de contextualizar tal conceito com o desenvolvimento histórico das instituições, a interpretação sobre o papel das mesmas na sociedade e o próprio desenvolvimento etimológico da palavra. O livro de Hanna Pitkin, *The Concept of Representation*, publicado em 1967, nos Estados Unidos, é considerado um marco teórico nestes debates, revelando, na época, uma visão inovadora da representação política como uma atividade social, fugindo da noção ortodoxa até então empregada para designar a representação.

Desde a obra *Leviathan*, de Hobbes, em 1651, quando foi aplicada a primeira ideia de representação na teoria política, no sentido da agência legal, autorização de alguém para agir por outro, o termo foi sofrendo atualizações pelos teóricos, passando pelas revoluções democráticas do final do século XVIII e pelas mutações políticas institucionais do século XX.

> (...) o sufrágio, a divisão em distritos e proporcionalidade, os partidos políticos e os interesses e políticas, a relação entre as funções legislativas e executivas. Estas lutas políticas precipitaram um corpo considerável da literatura, sistematizada de tempos em tempos, enriquecida e redirecionada pela teoria política. Desse material colossal, apenas duas questões conceituais inter-relacionadas podem ser discutidas até aqui: a "polêmica sobre o mandato e a independência" e a relação entre a representação e democracia. (PITIKIN, 1967, p. 67)

Piktin (1967) categoriza a representação política em representação formalista, descritiva, simbólica e substantiva. A primeira enfatiza a noção de representação sob duas dimensões: por autorização prévia e por responsividade, ideias estas defendidas inicialmente por Hobbes e pelo modelo liberal, respectivamente. Já a segunda, dá ênfase à relação entre representantes e representados, como se o primeiro espelhasse por meio das semelhanças o segundo. No terceiro caso, leva em conta o significado que o representante tem para aqueles que estão sendo representados. E, finalmente, a representação substantiva refere-se à substância do que é feito, ou seja, são as atividades dos representantes, as ações realizadas em nome e no interesse dos representados, é que são avaliadas.

Todos esses modelos apontam que a representação política ultrapassa o cenário eleitoral para a legitimação do exercício do poder por determinados grupos e indivíduos. Nesta perspectiva, desde a década de 1960, a concepção de representação política já trazia consigo uma exigência de legitimação construída através de processos de identificação entre os representados com seus representantes, o que exigia medidas eficazes para que ocorressem estes sentimentos de pertencimento dos cidadãos a determinados grupos e não a outros, com demandas comuns, discursos comuns, percepções comuns.

Em meados de 90, Bernard Manin trouxe contribuições importantes para o tema da representação, fazendo uma análise da evolução das democracias representativas, buscando um denominador comum entre elas ao longo de suas histórias no que se refere à eleição dos representantes pelos governados, à independência parcial dos representantes, à liberdade de opinião pública e às decisões políticas tomadas após os debates. Sua principal crítica recai sobre o processo de seleção dos governantes pelas eleições, o que ele considera um arranjo aristocrático das elites. Manin (1995) trouxe com sua teoria o debate sobre polêmica de que os meios de comunicação estariam substituindo os partidos políticos na mediação entre representantes e representados, reforçando a importância da liberdade da opinião pública neste processo. Com o autor, é reforçada a chamada democracia da audiência, na qual os líderes políticos tinham um apelo maior do que as ideologias dos seus respectivos partidos.

> (...) Em primeiro lugar, os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação: os candidatos comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede partidária. A era dos ativistas, burocratas de partido ou "chefes políticos" já acabou. Por outro lado, a televisão realça e confere uma intensidade especial à personalidade dos candidatos. (...) o que estamos assistindo hoje em dia não é a um aban-

> dono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia de público é o reinado do "comunicador". O segundo fator determinante da situação atual são as novas condições em que os eleitos exercem o poder. Reagindo a estas mudanças, os candidatos e partidos são ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas (MANIN, 1995, p. 22-23).

Com as transformações profundas na sociedade, a ênfase recai sobre uma intensa fragmentação dos segmentos sociais e de suas novas bandeiras de lutas que se impõem no cenário político, embaralhando ainda mais a concepção de representação política. As bases que sustentaram os partidos políticos e suas representatividades começaram a perder espaço nesta luta simbólica, deixando de ser tão homogêneas e com demandas comuns. Com isso, os partidos políticos enfraqueceram nos seus posicionamentos ideológicos, uma vez que tinham como suporte principal as classes sociais para definições de suas representações políticas, repercutindo nos modelos de sistema político que defendiam (CHADWUIK, 2006). Entram em cena, as organizações da sociedade civil e formas não eleitorais de representação, buscando potencializar as vozes de determinados segmentos, até então excluídos do processo político e da tomada de decisões, exigindo, com isso, que suas demandas fossem incorporadas nos debates e assegurassem novos direitos sociais e políticos. Neste contexto, a mídia começa a reforçar seu papel crucial na visibilidade e na vocalização das demandas destes novos grupos e suas lutas por direitos na sociedade.

Young (2000), no seu livro *Inclusion and democracry*, contribui para este debate com uma nova abordagem sobre representação, tendo como foco principal o conceito de "perspectivas sociais", visando, principalmente, os chamados grupos minoritários que aparecem com mais força no cenário político, como mulheres, negros, homossexuais e outros. Por esta ótica, cada um dos novos segmentos que irrompem no tecido social a partir da década de 90, fruto dos novos tempos, têm perspectivas diferenciadas em relação a algumas temáticas, que são necessárias serem incorporadas nas discussões políticas dos regimes democráticos atuais. Com isso, os processos midiáticos reaparecem como mecanismos de visibilidade das demandas destes novos segmentos. Young (2006) aproximou suas análises de uma visão deliberacionista da democracia e da representação política, tentando abarcar a inclusão social destes novos grupos, pois, segundo a autora, a multiplicidade dos pontos de vistas ampliaria a noção de realidade e contribuiria para o processo democrático.

Outra pesquisadora que acrescenta novos elementos à discussão sobre representação política, com vínculos com a opinião pública e com a mídia é a italiana Nadia Urbinati. No seu trabalho *Representative Democracy: principles and genealogy* publicado em 2002, Urbinati (2002) defende a representação política como fundamental para o funcionamento da democracia, baseada no discurso público que valoriza a política democrática, potencializando as vozes dos cidadãos em todo o processo político, não só na escolha dos seus representantes. Nesta perspectiva, Urbinati (2002) considera a representação política vinculada ao estímulo à participação política e à expressão da vontade popular,

transformando-se, assim, em uma forma de organização política.

Para Urbinati (2002), a representação política amplia a noção de participação, na medida em que considera que um caráter deliberativo permite uma constante recriação e aperfeiçoamento do que entendemos por democracia. A autora inclui nesta discussão a noção de *advocacy*, como uma vontade superior e apaixonada às causas e às demandas dos seus constituintes com certa autonomia de julgamento, reforçando a importância da representação política como mola propulsora dos regimes democráticos. Urbinati (2002) faz uma defesa dos *expertises*, que seriam porta vozes aprimorados dos seus representantes.

Em outros estudos, Urbinati (2006) reforça que a representação é cada vez mais entendida como um fator intrínseco para a constituição da opinião pública por meio de seu papel reflexivo (deliberação) bem como essencial para definição de vias de influência do Estado (URBINATI, 2006, p.2). Nesta perspectiva, surgem emergentes formas não eleitorais de representação, uma vez que na época atual o mundo está preenchido por atores extraterritoriais, que interferem em todo o processo de representação, como movimentos sociais transnacionais, dentre outros. A autora ressalta que o desenvolvimento das sociedades contemporâneas afetadas pelo mercado, tecnologia e vasto volume de informações fez com que a ideia de representação chegasse a um ponto de ruptura. A ideia do Estado representando povos é parcial, e, serve, atualmente, apenas para algumas questões. Urbinati (2006) enfatiza que os discursos que fornecem razões de legitimidade são pluralizados e cada vez mais públicos, e, mesmo que a representação eleitoral continue a ser a referência para o poder do Estado, hoje em dia os espaços para reivindicações de representações rompem seus limites e se tornam mais abertos e segmentados por temas e novos sujeitos.

Nestas discussões, a comunicação vai conquistando um espaço de destaque, mesmo que de forma subliminar. As instituições representativas passaram por mudanças importantes que forçaram a inclusão de novos discursos em uma esfera política marcada pelo pluralismo e pela diversidade, como os agentes que se auto autorizam, como indivíduos isolados[1] e/ou até entidades como ONGs, fundações, grupos de interesses que mantêm uma participação ativa em fóruns deliberativos, painéis, conferências temáticas ou simplesmente utilizam a mídia para propagar suas bandeiras de lutas específicas.

Nesta revisão histórica, o objetivo não foi discutir detalhes sobre estas teorias e suas funcionalidades na prática política contemporânea, mas trazer para os debates a inserção da mídia e, consequentemente, da opinião pública, na reconfiguração do conceito de representação política, o que traz para os debates o papel dos partidos políticos, enquanto instâncias formais de representação, nesta nova realidade. É através da visibilidade midiática, da potencialização da opinião pública e das transformações impactadas pela centralidade da mídia nos processos sociais, econômicos e políticos, que estas discussões ganham força, fazendo

[1] O vocalista da banda U2, Bono Vox, é um exemplo de como indivíduos utilizam sua visibilidade midiática para promover campanhas de cunho social e político. Em 2002, por exemplo, o artista fundou uma ONG chamada DATA, que significa Debt, AIDS, Trade África, com o objetivo de pressionar o governo das nações mais desenvolvidas a fazer sua parte na luta contra a pobreza extrema na África.

com que os significados de representação política passem por novas leituras e por perspectivas relacionais. Percebemos, com isso, o papel cada vez mais ativo e presente da comunicação nestes processos de lutas simbólicas e de construção de sentidos, que se dão através dos espaços midiáticos.

3. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E ABERTURA DEMOCRÁTICA

As abordagens neste artigo sobre a reconfiguração do conceito de representação política nos levam a refletir sobre as singularidades do sistema político brasileiro na organização da sociedade, com ênfase nos partidos de oposição e movimentos populares contra a ditadura militar, a partir de 1970. Neste período, começa a ser reconfigurada esta relação entre representantes e representados, colocando em destaque o estímulo à participação política e à pluralidade discursiva.

De acordo com Almeida (2011), o modelo de representação política que temos nos dias de hoje traz consigo reflexos do autoritarismo do Estado Novo e da ditadura militar pós 64, e, foi somente a partir da década de 1970 que o processo de abertura democrática começou a dar seus primeiros sinais, impactando instituições tradicionais que mediavam a relação entre o Estado e a sociedade civil. A autora enfatiza que as eleições de 1974 foram emblemáticas na rejeição ao regime militar, quando a oposição ganhou nas eleições majoritárias em 16 estados, elegeu 16 dos 22 senadores e 160 dos 364 deputados, todavia, lembra que a chamada abertura democrática foi um "projeto"[2] do governo militar, distinguindo-se assim do "processo" de abertura. Tal momento político, ocorrido entre 1974 a 1988, significou o reestabelecimento da competição eleitoral e o emergir de associações voluntárias e independentes.

Gohn (2000) esclarece que a partir de 1974, os movimentos sociais começaram a se articular, tendo como destaque, as Comunidades Eclesiais de Base, que deram origem aos movimentos temáticos específicos como ações coletivas dos moradores de favelas pela luta por seus direitos de ocupação de terra; por transportes; por saúde nos centros e nos postos comunitários; por vagas nas escolas; dentre outros, o que serviu de base de apoio às greves que se espalharam pelo país em 1978-1979. É bom lembrar que foram estas greves que deram origem ao chamado Novo Sindicalismo, o berço para a fundação do Partido dos Trabalhadores (KECK, 2000). Este movimento foi deflagrado no ABC paulista, o que endossou posições políticas e ideológicas e o despertar da sociedade civil.

Nesta época, o conceito de sociedade civil passou a ser empregado no contexto político como referência à mobilização contra o regime militar e às lutas das forças de Esquerda para a construção de um regime mais democrático, com políticas públicas que atendessem aos variados setores da população. Este estímulo à participação foi também legitimado por discussões oriundas

[2] Este projeto dos militares era considerado uma saída porque o clima de violência, repressão aos diversos setores da sociedade e a ausência de liberdades civis e públicas levariam o país a uma situação insustentável do ponto de vista da manutenção do regime de força que caracterizava a ditadura militar (ALMEIDA, 2011, p. 244).

do cenário internacional, tendo como força motriz o aperfeiçoamento democrático em outros países, com ênfase nas lutas por direitos civis, políticos e sociais.

> A redemocratização levou a uma série de mudanças na esfera política e societal responsáveis por alterar a forma de vinculação entre Estado e sociedade no Brasil. Entre elas destacam-se três direções do ponto de vista institucional. A primeira está relacionada com a representação eleitoral e com as questões centrais da representação liberal e da cidadania atrelada aos direitos civis, políticos e sociais. A segunda e terceira referem-se a espaços de expressão e representação da sociedade. Uma voltada para os espaços pluralistas de representação de interesses, como sindicatos e organizações de trabalhadores e patrões. E, por último, outra organizada fora da órbita da competição de grupos e interesses, a qual introduz a pluralidade nas formas de relação entre Estado e sociedade, a partir de diferentes arranjos formais e informais (ALMEIDA, 2011, p. 245).

Estas profundas transformações também afetaram a competição eleitoral, deixando de ser definida entre as elites políticas, na medida em que emergiu uma pluralização de novas forças, incluindo a volta à legalidade dos partidos comunistas em 1985 (PC e PCdoB). Almeida (2011) enfatiza que a história de fundação do Partido dos Trabalhadores, com uma base popular e operária, foi importante para as mudanças institucionais não apenas em nível partidário, mas ampliando os debates de temas e as formas de se fazer representar.

> (...) a estrutura da administração política do Estado brasileiro passou igualmente por uma reforma, a qual buscou a racionalização e maior eficiência do serviço público. Interessante notar que a representação política não se restringiu ao universalismo de procedimentos da racionalidade burocrática e ao pluralismo de grupos com recursos de poder e organizativos. A construção da legitimidade democrática extrapolou o momento eleitoral e a interferência de grupos, haja vista a necessidade de um enraizamento social por meio de arenas de negociação com a sociedade civil, a fim de diminuir o déficit democrático e de *accountability*. Desse modo, o período democrático inaugura um momento na história do país de coexistência de lógicas de legitimidade democrática, em que os componentes elitista e autoritário perdem centralidade. Esse aspecto direciona para a terceira transformação na representação política, com foco nas inovações da sociedade civil. A implementação de novos sistemas de gestão veio acompanhada de uma mudança em relação ao papel da sociedade civil, que deixa de ter como eixo estruturante a ideia de autonomia, muito presente na sua agenda de luta contra o regime autoritário, passando a atuar para o leque de programas sociais institucionalizados (ALMEIDA, 2011, p. 248).

Almeida (2011) esclarece que tais novas práticas participativas e representativas passaram a unir formas tradicionais como o referendo e o plebiscito, até algumas menos conhecidas, como as conferências de políticas públicas, audiências públicas, conselhos, comitês, ouvidorias, mesas de negociação e de diálogo, além de iniciativas inovadoras como os programas de orçamentos participativos. Com isso, a participação da sociedade civil nos processos decisórios de formulação de

políticas públicas e na organização do Estado "consubstanciou-se com a Constituição de 1988, a qual declara (...) que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente" (ALMEIDA, 2011, p. 249).

4. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AS NOVAS ESFERAS DE INTERAÇÃO COMUNICATIVA

A ampliação da presença da sociedade civil nas discussões e nas definições das políticas públicas e, consequentemente, o crescimento das instituições participativas são fenômenos importantes que delineiam uma nova fase democrática no país (AVRITZER, 2007). O Partido dos Trabalhadores têm um ônus na concretude desta nova realidade, na medida em que o seu fazer política privilegiou esta participação da sociedade civil, tanto nos debates como na formulação de políticas e tomadas de decisão dos seus governos, o que imprimiu uma nova lógica à discussão sobre representação política.

> A história do PT é interessante de ser destacada porque a formação de base do partido, principalmente classe operária e popular, contribuiu para o seu apoio a mudanças institucionais em outras esferas, que não apenas a partidária, ajudando também a ampliar os temas a serem abarcados e as formas de se fazer representar (ALMEIDA, 2011, p. 246).

De acordo com Almeida (2011, p.253) ocorre hoje uma constatação de que representantes da sociedade civil em instituições participativas estão provocando uma mudança na relação que separa Estado e sociedade, exigindo uma redefinição do próprio conceito de representação, bem como das questões que o orientam este debate. Nesta perspectiva, nosso argumento é que a relação dos partidos políticos com seus públicos sofreu interferências com esta participação mais efetiva de setores da sociedade civil, obrigando-os a uma necessária de aproximação com estes mesmos segmentos em processos contínuos e, não mais, apenas, em períodos eleitorais. Afinal, as demandas da sociedade passaram a ser mais fragmentadas, exigindo respostas e posicionamentos de forma mais rápida pelos partidos políticos para manterem suas bases partidárias e eleitorais. Com este cenário, os meios de comunicação massivos passaram a desempenhar um papel fundamental nesta interação entre os diversos segmentos sobre seus problemas, reivindicações e novas demandas, uma vez que a mediação entre o Estado, as instituições políticas e a sociedade passa a ter a força, a potencialização e a visibilidade da mídia.

Prudêncio (2010, p. 262) aponta que os movimentos sociais contemporâneos têm colocado a mídia como o "adversário central por entender que ela reproduz o discurso dos centros de poder". Com isso, a autora afirma que os movimentos sociais adotam como meta forçar esse poder da mídia a prestar contas e tornar transparentes suas decisões.

> (...) os representados são consumidores de informação (...) ou investidores do mercado de discursos públicos. O "investimento" depende da capacidade de se faze ouvir ou repercutir as versões de seu interesse. A formação da opinião pública depende então da potencialização

> retórica de grupos sociais, os quais promovem, midiaticamente, a *accountability* (PRUDÊNCIO, 2010, p. 263)

Assim, passou a ser necessária uma reconfiguração da organização e da estrutura dos partidos políticos que precisavam se adequar a esta nova lógica com o incremento da participação mais efetiva da sociedade civil e a midiatização dos processos sociais e políticos que passaram a ditar a política. O contra fluxo informativo passou a ser um motor de visibilidade e de posicionamento das siglas, por isso tornou-se importante uma rede de comunicação que fosse utilizada de forma estratégica, apostando na contrainformação.

Para Fadul (1982) o conceito de contrainformação, como o de estratégia, teve em princípio, uma conotação militar, no campo da espionagem, para só, em um segundo momento, ser utilizado para se referir aos mecanismos de resistência contra a classe dominante que utilizava (a) os meios de comunicação para disseminar sua ideologia. A autora parte do pressuposto, que não existe uma subordinação absoluta de uma classe perante outra, o que reforça a ideia de resistência à ordem hegemônica. Neste caso, contrainformação teria o seguinte significado:

> (...) práticas de comunicação e militância política que resistem à ordem hegemônica e lutam pela instalação de uma nova hegemonia. Esta prática de contrainformação refere-se tanto à operação clandestina, fora do circuito normal, com a criação de meios populares próprios de transmissões de informações, como a ocupação de espaços e brechas deixados nos meios de comunicação como estão instituídos, ou seja, a utilização do cinema, das canções, do teatro, do jornal, da televisão, conforme as possibilidades oferecidas em cada situação específica (FADUL, 1982, p. 35).

A ideia de fluxo e contra fluxo informativo como estratégia de comunicação passa pelo apelo à opinião pública, com o propósito explícito de legitimar determinados posicionamentos do Partido, atraindo a credibilidade e o aval da sociedade. Deste modo, configura-se a importância do monitoramento das notícias políticas que são divulgadas pelos grandes conglomerados de comunicação porque permite que os partidos políticos atuem na contrainformação, criando versões dos fatos e angulando sobre o prisma que mais lhes convêm. Afinal, os meios de comunicação se transformaram em arenas de disputa política, o que exige sempre uma atenção para as manchetes estampadas todos os dias nos jornais, emissoras de rádio, televisão e portais de notícias.

Maia (2006) destaca de forma exemplar como as negociações entre os políticos até as conversas diretas com os cidadãos sobre questões políticas são atravessadas pela mídia.

> A mídia reconfigura os padrões de discurso político e as relações entre representantes e representados. Ela é a principal instância para líderes políticos divulgarem informações sobre suas atividades, buscarem adesão em campanhas eleitorais ou conquistarem suporte público no jogo político mais geral. Por sua vez, a grande maioria das informações de que os cidadãos comuns necessitam pra tomar decisões e agir na esfera política – escolher seus representantes, conhecer e avaliar as políticas públicas, construir me-

> canismos de controle popular sobre os governantes – articula-se, de modo rotineiro – com os meios de comunicação. (...) O espaço de visibilidade midiática pode ser entendido como um "palco", "arena", "fórum" de disputa políticas e de negociação de sentidos. Em termos gerais, o governo e os políticos precisam frequentemente tomar decisões sobre questões controversas diante, simultaneamente, da oposição político-partidária, de grupos de interesse e daquilo que é colocado em cena através dos veículos de comunicação. Em termos mais específicos, o espaço de visibilidade midiático é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram, colocando em movimento interações diversas dentre entre atores políticos e os próprios cidadãos. Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões do mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas ou estimula a mobilização cívica (MAIA, 2006, pp. 25-27).

Esta construção de sentidos é permeada por uma disputa discursiva entre as instituições não eleitorais (ONGS, fundações, grupos de defesa de interesses específicos em relação a temas, etnias, gêneros, religiões, etc.) e os partidos políticos, na busca pela aglutinação de forças políticas para o enfrentamento com grupos oposicionistas e de interesses divergentes. Nisso, consiste esta chamada "esferas de interação comunicativa", denominada por Fabrino (2011), que começa a ditar a legitimidade de representação política das associações da sociedade civil em nível discursivo. O autor enfatiza que estas representações não eleitorais passaram a lidar com esta ideia de autorização, responsividade e delegação a partir de uma legitimidade construída pelos efeitos de sua "porosidade interacional", ou seja, a prestação de contas se dá em nível discursivo em diferentes contextos comunicativos pelos sistemas deliberativos que começam a ser favorecidos por este incremento da participação social, que começa a se firmar a partir do final dos anos 80.

Com estas mudanças, o conceito de representação se ampliou e permitiu uma inclusão maior de segmentos antes marginalizados do processo político, que de certa forma, trouxeram à cena política uma multiplicidade de discursos e de demandas. O autor aponta que tal cenário foi decorrente das macrorelações de discussões transnacionais, que alteraram as demarcações das comunidades políticas e, em nível interno, o aparecimento de clivagens sociais cada vez mais plurais. Com efeito, este potencial das associações da sociedade civil se consolida pelos seus efeitos pragmáticos para atuar politicamente como representantes discursivos, gerando novas perspectivas tanto para segmentos específicos como para o Estado, como um todo.

Fabrino (2011) ainda traz para os debates a ideia de deliberação como um macro processo em várias esferas comunicativas e uma porosidade entre elas com a sociedade, caracterizadas pela parcialidade e pela generalidade no tratamento de assuntos políticos. Para o autor, a representação passou a conectar instituições e sociedade em um processo cíclico, o que obrigou os representantes e representados a darem justificativas para interesses, opiniões e ideias que defendem, na medida em que é uma disputa de sentidos e perspectivas políticas. Desta forma, se concretiza uma rede mais complexa entre representantes e representados, promovendo um mundo politicamentemais compartilhado com

transparência e com participação popular (FABRINO, 2011, pp 120-121). No entanto, com mais conflitos políticos e jogos de interesses nas relações de poder.

Neste contexto, os partidos políticos passaram por mudanças estruturais e organizacionais[3] que pudessem garantir conviver, e até sobreviver, com o seu papel formal de mediação entre a sociedade e o Estado. Afinal, surgem novos setores e segmentos da sociedade civil, cada vez mais plurais, com bandeiras de lutas de grupos específicos que resultam em variedades temáticas. São questões que passam por diversidades de identidades profissionais, grupos religiosos, ambientalistas, identidades de gêneros, moradores de favela, portadores de necessidades especiais, dentre outros. Segmentos estes que viabilizam seus discursos para pressionar e a defender seus interesses independentes dos partidos políticos, baseados em perspectivas, visões singulares de mundo e de luta por direitos, deixando em um segundo plano as ideologias classistas, que tradicionalmente marcaram os grupos políticos e foram o berço para a criação de muitos partidos políticos no Brasil e no mundo, principalmente os de Esquerda, como mencionamos nas análises de alguns teóricos como Chadwuick (2006). Tais transformações obrigaram os partidos políticos a criarem mecanismos de aglutinação de força política com estas novas representações não eleitorais, reforçando suas bases e apostando em discursos e bandeiras de lutas em comum.

A expressão utilizada por Fabrino (2011) denominada "esferas de interação comunicativa" dá o tom das mudanças nesta relação entre sociedade e Estado, que foi contemplada pelo diálogo constante entre as partes para que os discursos entre ambos se tornassem afinados e permitissem consensos e avanços políticos, tanto no Brasil como em outras partes do mundo[4]. Neste contexto, a comunicação começa a consolidar seu espaço na formulação deste novo conceito de representação política não eleitoral, no qual a legitimidade conquistada se faz em nível discursivo, o que impacta também a representação política dos partidos políticos com sua base partidária. O autor sugere que quanto mais complexa for a rede de mecanismos de representação, maiores as chances de representar mais aspectos dos cidadãos, pois é através da

[3] Tais mudanças na organização e na estrutura dos partidos refletem nas teorias de evolução dos partidos políticos nas últimas décadas, passando por modelos diferenciados como o *Catch-all*, o Cartel e o Político-eleitoral, que exigiram uma postura diferenciada das legendas tanto no ambiente político externo quanto interno, na relação com suas bases partidárias.Ver: PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: a organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

[4] Um estudo de Maia (2010) sobre os atores da sociedade civil, ação coletiva e relações com a comunicação de massa é exemplar nesta configuração das mudanças entre a sociedade e o Estado e a importância das "esferas de interação comunicativa" apontadas por Fabrino (2011), o que contempla a realidade nacional e de outros países. Em termos gerais, Maia (2010) mostra modelos de mobilização política, da identidade coletiva e do reconhecimento na tentativa de compreender as relações que os atores cívicos estabelecem com os *media*, a fim de configurar a política pública e promover a comunicação com amplas audiências. "Para além da visibilidade e das ações estratégicas, torna-se importante entender os *media* também como uma arena discursiva, em que opiniões e argumentos são trocados e disputados. O ambiente midiático – com características próprias, mecanismos de seleção de temas e tópicos, procedimentos de corte e edição de discursos dos atores sociais – constitui-se como importante fórum para o debate cívico" (MAIA, 2010, p. 294). Fabrino (2011) cita a dificuldade de demarcações de comunidades políticas devido as macro relações que tornam transnacionais diversas discussões políticas. Para o autor, a ideia de representação mudou em paralelo com a mudança das instituições em todo o mundo (p. 117).

troca pública de argumentos em diferentes arenas discursivas que uma representação não eleitoral pode construir sua legitimidade, mantendo um processo contínuo discursivo articulado em diferentes fluxos e esferas. Com isso, a representação deve ser centrada em discursos e o núcleo da política transforma-se em múltiplos discursos (FABRINO, 2011, p. 122).

Avritzer (2007) dá um passo à frente nesta perspectiva dialógica consolidada pelo crescimento de instituições da sociedade civil quando constrói um conceito de representação política por afinidades. Apesar de seu texto original sobre o tema não fazer nenhuma menção à importância da comunicação neste entendimento sobre as transformações do conceito de representação política e muito menos como os partidos políticos se posicionam frente a esta nova realidade, o autor dá ênfase à consolidação de múltiplas soberanias, imbuídas nas representações eleitorais e não eleitorais, que traz para os debates os múltiplos discursos que passaram a fazer parte da cena política, reforçando a tendência de criação de mecanismos de comunicação entre as partes.

O autor ressalta a presença cada vez mais marcante da sociedade civil nas políticas públicas em todo o mundo, a partir da especialização temática e da experiência, sejam os eleitos pela população para desempenharem funções em conselhos e e fóruns[5] deliberativos setoriais, sejam aqueles que são definidos no interior das associações civis, agregando interesses parciais e solidariedades. Mas o destaque fica por conta da visão do autor sobre uma antecipação do processo de representação política, legitimado não só pela ação, mas por um passado de defesas de temas, direitos ou bandeiras de lutas, na medida em que esta trajetória de participação destes agentes da sociedade civil (sejam indivíduos ou associações) os permitem denunciar, criticar e reivindicar em nome dos segmentos que representam. Este contorno político é que altera a concepção de representação política dos tradicionais moldes eleitorais para mecanismos mais sutis de afinidade, construída, paulatinamente, de forma contínua e monitorada, pela troca comunicativa entre estes novos atores que emergem na sociedade, nos seus diálogos com as instâncias formais de representação, como os partidos políticos.

> (...) O importante em relação a esta forma de representação é que ela tem sua origem em uma escolha de atores da sociedade civil, decidida, frequentemente no interior de associações civis. Estas exercem o papel de criar afinidades in-

[5] O Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), em parceria com a Secretaria Geral da República (2013) realizou um estudo sobre a participação social e o diálogo com a sociedade. Segundo o relatório, dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o Instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir com a criação de condições para seu aprimoramento. Ainda segundo dados do relatório, o número de conselhos nacionais aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Enquanto, entre 1930 e 1989, foram criados apenas cinco conselhos nacionais, entre 1990 e 2009, somaram-se a eles mais 26 conselhos, tendo em vista a difusão da ideia de ampliar a participação no processo de formulação de políticas públicas. Dentre alguns conselhos e fóruns mais atuantes, o estudo destaca: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional dos Direitos da PessoaPortadoradeDeficiência,dentreoutros.Disponívelem <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf> Acesso em: 13 junho 2016.

> termediárias. (...) Ao agregarem estes interesses, elas propiciam uma forma de representação por escolha que não é uma representação eleitoral de indivíduos ou pessoas. A diferença entre a representação por afinidade e a eleitoral é que a primeira se legitima em uma identidade ou solidariedade parcial exercida anteriormente (AVRITZER, 2011, p. 458).

Avritzer (2007) enfatiza que tal complementariedade destes dois tipos de representação, eleitoral e não eleitoral, tem sido comum nos últimos governos. "(...) No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes dos conselhos nacionais são eleitos pela sociedade civil. Isso mostra que uma forma de representação pode tanto emprestar legitimidade para outra como também questioná-la" (AVRITZER 2007, p. 459). Neste cenário, o autor faz o questionamento sobre o futuro da representação eleitoral, que, em sua opinião, parece cada vez mais ligado à combinação destas formas de representação, que têm sua origem na participação da sociedade civil.

Com isso, os partidos políticos, instâncias até então formais nesta mediação entre Estado e sociedade, passaram a ter que lidar com a lógica deste processo contínuo de diálogo, que os obriga a investir nos seus canais privados de comunicação como uma engrenagem que os garanta um espaço político nas discussões e nestas novas instâncias de mediação e articulação de interesses para além do sistema partidário.

Tais mudanças no fazer política partidária consolida uma nova forma de representação entre os partidos e suas bases partidárias, que é permeada pelos seus próprios canais de comunicação para que se estabeleça este processo cíclico de entrosamento da legenda e de seus líderes com os setores e os segmentos que dizem representar, apostando na identificação partidária e na credibilidade de seus posicionamentos. Neste novo cenário, não basta mais ser eleito, é necessária uma opinião pública favorável que os mantenha no poder e os legitime a tomar decisões e posicionamentos a favor de seus representados, mesmo porque tal estratégia é que garantirá os próximos êxitos eleitorais.

Avritzer (2007, p. 459) reforça que as eleições ainda são a maneira mais democrática de escolha dos representantes, mas uma vez eleitos, estes despontam para uma nova realidade. Neste ponto, sustentamos que esta conjuntura direciona os partidos e os seus líderes priorizarem mecanismos de adequação política para que eles não se deslegitimem frente seus representados, apostando no diálogo constante e no contra fluxo informativo para fazer frente às contingências que marcam a política atual. A questão que se apresenta é o que os partidos políticos têm que combinar suas ações e práticas políticas com estas novas formas de representação não eleitoral da sociedade civil.

> Aqueles representantes que ignoram essa representação, seja no âmbito nacional, seja no internacional, tendem a se deslegitimar entre seus próprios eleitores e têm sido muitas vezes de implementar sua própria agenda. (...) Neste sentido, a questão colocada pela política contemporânea deve ser uma redução da preocupação com a legitimidade dessas novas formas de representação e um aumento da preocupação sobre de que modo elas devem se sobrepor em um sistema político regido por múltiplas soberanias. O futuro da representação parece cada vez mais ligado à sua combinação com for-

> mas de representação que têm sua origem na participação da sociedade civil (AVRITZER, 2007, p. 459).

CONCLUSÃO

O alargamento da concepção teórica de representação política, de clássicos sobre o tema, como Hanna Pitkin, até autores mais contemporâneos, como Urbinati (2006); Young (2006); Avritzer (2007); Fabrino (2011); Almeida, (2011), dentre outros, nos aponta para uma lógica de complementariedade que redesenha o sistema político atual, destacando o incremento da participação popular e midiatização dos processos políticos. Todavia, é importante ressaltar que tais reflexões nos revelam que o conceito de representação política se desdobrou em novas matrizes teóricas, na medida em que a mídia passou a centralizar esta relação entre representantes e representados, exigindo um deslocamento do tema das Ciências Políticas para o campo da Comunicação Social.

O conceito de representação política por afinidade (AVRTIZER, 2007) é um eixo teórico que reverbera de forma mais clara o amálgama entre a comunicação e representação política. Esta concepção permite uma nova leitura sobre representação política, em um processo anterior à delegação de poderes dos representados para seus representantes, ou seja, antecedendo o ato eleitoral, tendo a mídia como suporte deste modelo. Para gerar afinidades e sentimentos comuns que estreitam os laços de identificação, seja entre os partidos políticos e seus líderes com eleitores e cidadãos, seja as associações da sociedade civil com seus segmentos representativos, são necessárias estratégias e canais de comunicação eficientes. Os tipos de representação política eleitoral e a não eleitoral só se estabelecem mediante estas chamadas porosidades interativas entre as partes.

Para os partidos políticos, as estratégias de comunicação visam construir, fortalecer e sustentar a sua representação política junto a setores importantes da sociedade, que consolidam a sua base partidária, tanto que o investimento em comunicação torna-se o grande trunfo das legendas pela disputa e manutenção de poder. Por outro lado, as associações da sociedade civil apostam na visibilidade midiática como fonte dos embates ideológicos para reforçar suas demandas e bandeiras de luta junto a seus pares e a sociedade, forçando novas interações que lhes garantam credibilidade e legitimidade. Como enfatiza Maia (2006, p. 27) "Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões do mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas ou estimula a mobilização cívica".

Neste cenário político, a representação política apresenta diferentes nuances que se mesclam com o incremento da participação popular e de novos mecanismos de deliberação política, tendo a mídia um papel fulcral na relação entre representantes e representados, seja por meio da lógica eleitoral ou pela conquista contínua de afinidades. ■

[NELSON TOLEDO FERREIRA]
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, RJ. (UFF).
Email: neo.toledo@outlook.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê** – a propaganda política na televisão. Niterói: Editora MCII, 1999.

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Marcia R. **Propaganda Política e a construção da imagem partidária no Brasil**. Revista Civitas, Vol.2, nº 2, p 309-326, 2002.

ALBUQUERQUE, Afonso de; MARTINS, Ariane F. **Apontamentos para um modelo de análise doas partidos na web**. In: XIX Encontro da Compós, 2010, Rio de Janeiro-RJ. Anais do XIX Compos, 2010. Disponível em:

<http://compos.com.pucrio.br/media/gt3_afonso_de_albuquerque_adriana_figueirola_martins.pdf.> Acesso em: 8 julho 2015.

ALDÉ, Alessandra. Cidadãos na Rede: tipos de internautas e sua relação com a informação política online. **Contemporânea (UFBA. Online)**, v. 9, p. 370-389, 2011. Disponível em:

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewArticle/5809> Acesso em: 10 out. 2015.

_____. Internet e democracia: expectativas da comunicação em rede. **Revista USP**, São Paulo, nº 90, p.24-41, junho/agosto, 2011.

ALMEIDA, Débora C. R. **Repensando representação política e legitimidade democrática** – entre a unidade e a pluralidade. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

AUGRAS, Monique. **Opinião pública**: teoria e processo. Petrópolis: Vozes, 1970.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública,** vol.12, n.1, Campinas, 2006. Disponível em< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004> Acesso em: 23 agosto 2015.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, nº26, São Paulo, 1992. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000200005&script=sci_arttext> Acesso em: 7 jul.2015.

BENNETT W. Lance; SHANTO Iyengar. A new era of minimal effects? The changing foundations of political communication. Journal of Communication, nº 58, pp.707-731, 2008.

BUENO, Wilson. **Comunicação Empresarial** – Políticas e Estratégias. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHADWICK, Andrew. **Internet Politics**: States, Citizens and New Communication Technologies. New York: Oxford University Press, 2006.

CORREIA, João Carlos; (Org.). **Comunicação e Política**. Covilhã: LabCom, 2005.

_____. et al (Org). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: LabCom, 2010.

_____. **Teoria e crítica do discurso noticioso**. Covilhã: LabCom, 2008.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular**: o orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

_____. **Partidos protagonistas e partidos coadjuvantes**: uma análise da construção da imagem partidária no HGPE 2006. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2007. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3031&Itemid=231> Acesso: 20 março 2016.

EID, Marco Antônio de Carvalho. **Entre o poder e a mídia** – Assessoria de imprensa no governo. São Paulo: M.Books, 2003.

FADUL, Anamaria. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez Intercom, 1982.

FISHKIN, James. **When the People Speak**: Deliberative Democracy and Public Consultation. New York: Oxford University Press, 2009.

FLUSSER, Victor. A contra-informação como ato cultural. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez Intercom, 1982, pp. 159-164.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. **Revista Mediações**, Vol.05, nº 01, Londrina, 2000.

GOMES, Neuza Demartini. Propaganda. IN: CORREIA, João Carlos. **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: Labcom Books, 2010.

GOMES, Wilson. **A transformação da política na era da comunicação de massa**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

HOLBERT, R. Lance at al. A new era of minimal effects? A responde to Bennett and Iyengar. **Journal of Communication**, nº 60. International Communication Association, p. 15-34, 2010.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ROSSINI, P. G. C. Relações entre representantes e representados no twitter: os perfis de presidentes latino-americanos e a construção de uma agenda de pesquisa. In: XXI Encontro Anual da Compós, 2012, Juiz de Fora. XXI Encontro Anual da Compós, 2012.

LEAL, Sayonara A. G. O**s movimentos em torno da quebra do monopólio estatal no sistema de telecomunicações no Brasil**: a evolução do setor dos anos 80 à Lei Geral de Telecomunicações (LGT). Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 1998.

LEMOS, A. Cibercultura. **Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Instituições Políticas Democráticas:** O Segredo da Legitimidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

MAIA,Rousiley. Mídia e vida pública. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. P. Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MAIA, Rouseley; LUNA, Luiza. A construção da imagem pública e disputa de sentidos na mídia: Lula em dois momentos. **Revista Media e Jornalismo**, nº 07, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARGOLIS, Michael; RESNICK, David; WOLFE, Joel D. Party Competition on the Internet in the United States and Britain. **Press/Politics.** 4(4): 24-47, 1999.

MATEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo. Atlas, 2011.

MATTOS, Heloisa (Org.). **Comunicação Pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MARTINS, Allysson. Experiência das narrativas cross e transmidiáticas no webjornalismo. **Logos**, ed. 34, v. 18, n. 1, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Representation and deliberation in civil society. **Brazilian Political Science Review**, nº2, p.117-137, 2008. Disponível em:

<http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n2_dec2008_05.pdf.pdf> Acesso em: 15 abril 2016.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIGUEL, L. Felipe. Representação política em 3-D – elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 51, 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15989>. Acesso em: 9 março 2016.

_____. **Influência e resistência**: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política. Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação (COMPÓS), Brasília/DF,2001. Disponível em:<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/LuisFelipe2001.pdf>. Acesso em 8 abr. 2016.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido**: a organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Luiz F. R. **O adiantado do minuto** – a internet e os novos rumos do jornalismo. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/pereira-luis-novos-rumos-do-jornalismo.html Acesso em: 15 agosto 2016.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation.** Berkeley, University of California Press, 1967.

_____. Representation. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russel (org). **Political innovation and conceptual change**. Cambrige, University Press, 1989.

PRIOR, Marcus. **Post-Broadcast Democracy**: How Media Choice Increases Inequality in Political Involvement and Polarizes Elections. Cambridge University Press, 2007.

PRUDÊNCIO, Kelly. Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos. In: MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

RECUERO, R; ZAGGO, G. **Em busca das " redes que importam**": Redes sociais e capital social no Twitter: In: Anais do XIX Encontro da Compós, PUC/MG, junho de 2009. Disponível em: http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6787/6129. Acesso 18 agosto 2015.

SANTO, Paula do Espírio; FIGUEIRA, Rita. Comunicação Eleitoral. In: CORREIA, João Carlos et al (Org). **Conceitos de Comunicação Política**. Covilhã: Labcom, 2010.

SEMETKO, Holli. Political Communication. In: DALTON, R. e KLINGEMANN, H.-D. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford University Press, 2007.

SOARES, M. César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis** – afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

URBINATI, N. O que torna uma representação democrática. **Lua Nova**, São Paulo, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf. Acesso em: 20 abril 2014.

_____. The concept of representation in contemporary democratic theory. **Annual Review of Political Science.** Vol. 11, 2008. Disponível em: http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.11.053006.190533. Acesso em: 13 janeiro 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democration**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Representação política, identidade e minorias. Trad. Alexandre Morales. **Lua Nova**, São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf/>. Acesso em: 10 novembro 2012.